Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Catarina Mota

Processos interacionais abusivos em casais jovens: Uma perspetiva diádica da violência entre parceiros íntimos

outubro de 2024

Processos interacionais abusivos em casais jovens: Uma perspetiva diádica da violência entre parceiros íntimos

Catarina Mota

UMinho |

Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Catarina Terleira Mota

Processos interacionais abusivos em casais jovens: Uma perspetiva diádica da violência entre parceiros íntimos

Dissertação de Mestrado em

Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sobre a

orientação da **Professora**

Doutora Sónia Caridade

outubro de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual

CC BY-NC-SA

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra tornaram tudo isto possível.

À minha orientadora, Professora Doutora Sónia Caridade, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições dadas ao longo de todo o processo de elaboração da presente dissertação.

À minha família, por terem estado lá desde o primeiro dia, em particular à minha mãe que é casa e colo nos dias mais difíceis.

Ao meu namorado, o Diogo, pela paciência, pelo carinho, pela compreensão, e pela forma incansável como me incentivou e ajudou a ultrapassar as dificuldades que foram surgindo.

À Márcia e à Tatiana, com quem pude partilhar esta jornada e que além de colegas de curso tornaram-se amigas para vida.

À Iris, por estar sempre presente em todas as etapas, pela força e pela coragem.

Guardo-vos a todos no meu coração!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plagio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente a sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.



Catarina Terleira Mota

Processos interacionais abusivos em casais jovens: Uma perspetiva diádica da violência entre parceiros íntimos

Resumo

A presente dissertação constituí uma análise qualitativa dos processos interacionais abusivos em casais jovens. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas juntos de 5 casais heterossexuais, com idades compreendidas entre os 22 e os 26 anos (n=10). A violência nas relações de intimidade foi percebida como um fenómeno de origem multifatorial prevalente entre os jovens, com especial destaque para violência psicológica. Transversal às diferentes orientações sexuais e independente do género, a violência em contexto de intimidade acarreta inúmeros danos para as vítimas, sobretudo do ponto de vista psicológico e da saúde mental. A dependência emocional, a crença na mudança e as dinâmicas inerentes ao ciclo da violência destacaram-se como os fatores que mais contribuem para a manutenção da relação abusiva. Concomitantemente, a vergonha, os sentimentos ambivalentes, a ausência de uma rede de suporte e a possibilidade da violência escalar foram identificados como os fatores que mais inibem a revelação dos abusos. Os resultados deste estudo espelham a perspetiva de casais jovens acerca de comportamentos abusivos, de fatores que podem influenciar a (não) revelação dos episódios de violência e ainda de causas inerentes às dinâmicas abusivas.

Palavras-chave: relações de intimidade; violência; casais jovens; processos interacionais; perspetiva diádica

Abusive Interaction Processes in Young Couples: A Dyadic Perspective on Violence Among Intimate Partners

Abstract

This dissertation constitutes a qualitative analysis of abusive interaction processes in young couples. Data were collected through semi-structured interviews conducted with 5 heterosexual couples, aged between 22 and 26 years (n=10). Intimate partner violence was perceived as a multifactorial phenomenon prevalent among young people, with a particular emphasis on psychological violence. Across different sexual orientations and regardless of gender, violence in the context of intimacy entails numerous harms for victims, especially from a psychological and mental health perspective. Emotional dependence, belief in change, and the dynamics inherent in the cycle of violence stood out as the factors that most contribute to the maintenance of the abusive relationship. Simultaneously, shame, ambivalent feelings, the absence of a support network, and the possibility of violence escalating were identified as the factors that most inhibit the disclosure of abuses. The results reflect the perspective of young couples regarding abusive behaviors, factors that may influence the (non) disclosure of episodes of violence, and underlying causes related to abusive dynamics.

Keywords: intimate relationship; violence; young couples; interaction processes; dyadic perspective

Índice

Agradecimentos 3

Enquadramento teórico 8

Prevalência de violência nas relações de intimidade offline e online entre os jovens Portugueses 9

Relações íntimas e as suas dinâmicas abusivas 10

Teorias e modelos explicativos da VRI 12

Fatores de risco e Fatores de proteção 13

VRI, o impacto e a prevenção 15

Objetivos gerais e específicos 15

Método 15

Participantes 15

Instrumentos/medidas 16

Procedimento 16

Análise de dados 17

Resultados 17

Literacia sobre violência nas relações de intimidade 19

Perceção sobre as dinâmicas abusivas 20

Denúncia/revelação 23

Prevenção 24

Discussão 27

Conclusão 30

Referências 31

Enquadramento teórico

Não obstante o facto de a origem do fenómeno da violência nas relações íntimas ser remota, até ao seculo XX não lhe fora concedida a devida atenção (Caridade & Machado, 2006).

Em Portugal, conforme está previsto no artigo n.º 152 do Código Penal Português, a violência entre parceiros íntimos constitui um crime público, tipificado como violência doméstica, não sendo necessária queixa da vítima para que o processo crime tenha lugar. Ao abrigo deste artigo estão contempladas relações conjugais, de namoro ou análogas à dos cônjuges, atuais ou passadas, com ou sem coabitação, bem como outras relações de natureza familiar.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2012) o conceito de violência nas relações de intimidade (VRI), refere-se a todo e qualquer comportamento que, em meio de uma relação de intimidade, cause dano a qualquer uma das partes envolvidas, seja este físico, psicológico ou sexual. Desta forma é possível distinguir 4 grandes tipologias de violência, (1) violência física que remete para atos como empurrar, puxar cabelos, arremessar objetos, pontapear ou esbofetear, espancar e estrangular entre outras, incluído homicídio ou tentativa; (2) violência psicológica que engloba ofensas, humilhação, intimidação, criticas, menosprezo ou ameaças; (3) violência sexual que compreende não só relações sexuais forçadas como qualquer forma de coerção sexual e finalmente (4) comportamentos de controlo entre os quais isolamento, vigilância ou monitorização e imposição de restrições de natureza diversa.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, a comunicação digital é hoje em dia uma realidade presente na vida das pessoas. As práticas digitais e a comunicação em rede despoletaram uma nova forma de violência nas relações de intimidade, internacionalmente designada de cyber dating abuse (CDA). Esta nova forma de violência inclui controlo, ofensa, assédio, ameaça, perseguição e abuso por parceiro com recurso à tecnologia. De notar que, a violência nas relações de intimidade online pode manifestar-se por agressão direta através de comportamentos como ofensas, tentativas de intimidação e partilha de informações do foro privado, ou via controlo através de monitorização e violação da privacidade, em ambos os casos o principal objetivo é o de

causar dano no parceiro ou ex-parceiro (Borrajo et al., 2015; Zweig et al., 2014).

Prevalência de violência nas relações de intimidade offline e online entre os jovens Portugueses

Se numa primeira fase o foco da investigação relativa à violência em contexto de intimidade estava nas relações maritais, na atualidade a preocupação recai igualmente sobre as gerações mais jovens, tendo para tal contribuído em grande medida a compreensão deste fenómeno como sendo transgeracional, bem como o entendimento de que a adolescência é uma fase particularmente crítica no que concerne ao envolvimento em comportamentos abusivos em contexto de intimidade. (Caridade & Machado, 2006; Capaldi et al., 2012). A inexperiência e a ausência de ferramentas para gerir de forma adequada situações de conflito assumem-se como um risco acrescido não apenas para a adoção de comportamentos abusivos como também para a aceitação dos mesmos (Kaukinen, 2014; Lapierre, 2019; citado por Caridade, 2023).

Os resultados de um estudo nacional, promovido pela Associação Plano i e desenvolvido no âmbito do Programa de Prevenção e Combate à Violência no Namoro no Ensino Superior, entre abril de 2017 e dezembro de 2022 revelaram que 53.7% dos participantes já sofreram pelo menos um ato de violência no namoro e 34% já praticaram. No que respeita à vitimação, 53.5% das mulheres e 54.9% dos homens, tinham sofrido alguma forma de violência. Relativamente à perpetração, o género masculino registou maior incidência (39.7%) que o género feminino (32.8%). Foram ainda visíveis diferenças ao nível da prevalência consoante a tipologia da violência, destacando-se a violência psicológica como sendo a mais prevalente (Neves et al., 2022).

Ainda no contexto português e de acordo com os dados do estudo nacional de 2023 sobre a violência no namoro, desenvolvido pela UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta - que contou com participantes com idades compreendidas entre os 11 e os 25 anos, 67.5% dos participantes não percecionam como violência no namoro, pelo menos, 1 dos 15 comportamentos questionados. Os resultados revelam ainda a legitimação de comportamentos como pegar no telemóvel ou entrar nas redes sociais sem autorização (35.7%), insultar durante uma discussão (30.7%), pressionar para beijar (30.2%), procurar insistentemente (25.5%), insultar através das redes sociais/internet (18.6%) e magoar

fisicamente sem deixar marcas (8.6%) (UMAR, 2023).

No que respeita especificamente à violência nas relações de intimidade online, um estudo realizado em 2020 com 173 adolescentes e jovens adultos portugueses, cuja média de idades era de 25.36 anos, revelou que 40.2% dos participantes já tinham experienciado algum tipo de violência nas relações de intimidade online e 42.2% já tinham praticado. Com relação à sua tipologia, o abuso por recurso ao controlo revelou-se mais frequente do que a agressão direta, numa proporção de 43.4% para 15.6% no que respeita à perpetração e de 38.2% para 8.1% relativamente à vitimação (Caridade et al., 2020). De referir que, por ser menos explícito, este tipo de abuso - via controlo - é muitas vezes desvalorizado e ou interpretado como uma demonstração de amor associada ao ciúme (Linares et al., 2021). Borrajo e os seus colaboradores, à semelhança do que se verificou em estudos anteriores, concluíram que parece haver uma relação entre a violência na intimidade online e outras formas de violência nomeadamente o cyberbullying e a violência na intimidade offline (Borrajo et al., 2015).

Relações íntimas e as suas dinâmicas abusivas

Quando pensamos acerca do fenómeno da violência nas relações de intimidade tendemos a atribuir o papel de agressor ao homem e de vítima à mulher. Contudo, estudos recentes (por exemplo Capinha et al., 2022; Hamel, 2020) têm revelado que esta é uma conceção estereotipada da realidade e que a prevalência de violência entre parceiros íntimos em função do género pode não ser tão díspar quanto seria de esperar à priori, em particular no caso de adolescentes e jovens adultos (Caridade & Machado 2006). Não obstante, parece existir uma relação entre o género e a tipologia da ofensa. Assim, taxas mais elevadas de perpetração de violência sexual parecem estar sobretudo associadas ao género masculino, enquanto taxas mais elevadas de perpetração de violência física e ou psicológica tendem a estar associadas ao género feminino (Borges et al., 2020).

Uma outra questão que se levanta prende-se com a orientação sexual e a possível influência que esta possa ter na prevalência de VRI. A respeito deste tópico a literatura tem revelado de forma consistente taxas de prevalência de VRI elevadas entre a população LGBT e em muitos casos superiores às observadas em casais heterossexuais sendo que, esta parece ser uma tendência transversal às diferentes tipologias de violência (Palmer et al.,

2022). Sabe-se ainda que, mesmo dentro da própria comunidade LGBT indivíduos bissexuais e transexuais parecem ser particularmente vulneráveis (Whitfield et al., 2021).

Recentemente Capinha e os seus colaboradores (2022) conduziram um estudo a nível nacional com 1392 participantes, maioritariamente do género feminino e com uma média de idades de 34.95 anos. Este estudo destaca-se dos demais por ser inclusivo de género e representativo da diversidade de orientação sexual. Os autores não encontraram diferenças significativas ao nível da prevalência de VRI em termos de género e orientação sexual. Tais resultados reforçam o supramencionado permitindo concluir que a violência entre parceiros íntimos parece ser independente do género e da orientação sexual.

No que respeita à direcionalidade e não obstante existirem casos em que a violência é perpetrada unilateralmente, quer por homens quer por mulheres, sabe-se que, não são raras as vezes em que a violência é bidirecional, ou seja, em que se verifica reciprocidade entre vitimação e perpetração, tanto em relações heterossexuais como em relações não heterossexuais. Com associação ao reconhecimento de padrões de violência bidirecionais surge a tese de que as mulheres perpetram violência física essencialmente como um ato de autodefesa ou de retaliação, hipótese refutada pela investigação com base na evidência de que a violência é também iniciada por mulheres. Tais descobertas vieram reforçar a importância de considerar as dinâmicas inerentes à díade, bem como a sua interação por forma a obter uma melhor compreensão do fenómeno (Capinha et al., 2022; Pradis et al., 2017).

Caridade e os seus colaboradores (2020) procuraram compreender o que leva as vítimas a permanecer na relação abusiva ou a procurar ajuda, bem como identificar os entraves por estas apontados, não apenas no que respeita ao pedido de ajuda como também à rutura do relacionamento. Entre as principais razões apontadas para a manutenção da relação abusiva destacam-se a dependência emocional, a crença na mudança comportamental do agressor e consequentemente na cessação da conduta abusiva, a dependência do parceiro em termos económicos e de estrutura familiar, a pressão social, inclusivamente por parte da família e ainda sentimentos de culpa. Relativamente à motivação para a procura de ajuda esta parece ser despoletada pela escalada da violência, pela necessidade de obter apoio emocional aquando da rutura da relação abusiva, pelo facto de terceiros testemunharem alguma forma

de abuso, pela necessidade de proteger as crianças de ambientes tóxicos e abusivos e ainda pela vontade de punir o agressor pelo sofrimento que infligiu. Por sua vez, os entraves à procura de ajuda ou rutura do relacionamento, identificados com mais frequência pelas vítimas, incluem ameaças dirigidas à própria ou à família da mesma, vergonha de assumir que esteve envolvida num relacionamento abusivo, não reconhecimento da violência, medo de perder o/a companheiro/a e não ser capaz de refazer a vida amorosa, receio das consequências que a revelação do abuso implicaria para o(a) parceiro(a), bem como falta de apoio ou ausência de uma rede de suporte. Ainda no âmbito da procura de ajuda importa referir que se verifica uma tendência para recorrer preferencialmente ao apoio informal, tendência essa já documentada em estudos anteriores como o de Moore et al. (2015) (Caridade et al., 2020).

Teorias e modelos explicativos da VRI

Várias foram as abordagens teóricas que procuraram explicar o fenómeno da violência nas relações de intimidade. Sem embargo, questões ligadas ao feminismo e à influência social tendem a destacar-se entre os demais fatores. Posto isto, irei debruçar-me sobre as perspetivas feminista e ecológica, analisando os seus contributos para a explicação do fenómeno da VRI.

A violência em contextos de intimidade é vista pela perspetiva feminista como um meio através do qual os homens exercem poder sobre as mulheres com o intuito de as subordinar. Esta visão tem subjacente uma organização social e cultural de natureza patriarcal que perpetua a desigualdade de género e a estrutura familiar tradicional, bem como a normalização da violência (Machado & Dias, 2004).

Numa tentativa de fornecer bases teóricas para a explicação deste fenómeno vários foram os modelos desenvolvidos por autoras feministas como o ciclo da violência, o desamparo aprendido, a síndrome da mulher espancada, a roda do poder e do controlo, entre outros (Ali & Naylor, 2013).

Dentro das críticas apontadas à perspetiva feminista contam-se o facto de não explicar a violência que é exercida pelas mulheres sobre os seus parceiros, a qual é frequentemente referida como um ato de autodefesa, o que sabemos nem sempre corresponder à realidade, bem como a existência de VRI entre casais homossexuais (Sisselman-Borgia, 2017; Loveland

& Raghavan, 2017).

Em 1979, a psicóloga Lenore Walker desenvolveu um modelo explicativo da violência em contexto de intimidade que ficou conhecido como ciclo da violência, onde procurou explicar o que leva uma mulher que é agredida a permanecer na relação abusiva. De acordo com este modelo a díade move-se de forma cíclica ao longo de três estágios, acumulação de tensão, ocorrência da agressão e lua de mel. De referir que, nesta última fase é comum haver lugar a um pedido de desculpa por parte do agressor, o qual é acompanhado de uma mudança comportamental de caráter temporário que não raras vezes leva a vítima a crer que este se arrepende e que os episódios de violência irão cessar. Ao longo do tempo, verifica-se uma tendência crescente no que respeita à violência não apenas em termos de intensidade, mas também de frequência e gravidade (Ali & Naylor, 2013; Serrata, 2017; Walker 1979).

Não obstante a importância indiscutível do contributo de Walker várias críticas têm sido apontadas ao seu modelo. Tais críticas prendem-se, entre outros aspetos, com o facto de o modelo desconsiderar o contexto macro no qual a díade se encontra inserida, nomeadamente do ponto de vista social e cultural, bem como os esforços encetados pela vítima para fazer face à situação em que se encontra. Concomitantemente este modelo não é passível de ser aplicado à generalidade dos casos de VRI uma vez que não são raros os casos em que a fase da lua de mel se encontra ausente (Serrata, 2017).

Fruto da aplicação do modelo de Bronfenbrenner (1996) à violência em contextos de intimidade, esta abordagem entende que há um conjunto de fatores que concorrem para a ocorrência de VRI, desde fatores individuais e relacionais à própria comunidade, sem esquecer os fatores mais macro, nomeadamente culturais e sociais como é o caso da aceitação da violência e das crenças associados ao género e ao núcleo da família.

Estes fatores interagem entre si traduzindo-se numa maior ou menor predisposição para perpetração e vitimação (Ali & Naylor, 2013; Machado & Dias, 2006).

Fatores de risco e Fatores de proteção

Com o fenómeno da violência nas relações de intimidade a ser considerado um problema de saúde pública (OMS,2013), foram inúmeros os estudos conduzidos em torno dos seus fatores de risco. Embora os resultados da investigação nem sempre sejam consensuais, é

possível identificar um conjunto de fatores que surgem de forma consistente na maior dos estudos produzidos os quais podem ser agrupados em fatores de risco de nível individual e fatores de risco de nível relacional (Vagi et al., 2013). Entre os fatores de risco de nível individual destacam-se idade, género, questões étnicas e raciais, estatuto socioeconómico, depressão e historial de tentativa de suicídio, baixa autoestima, isolamento social, dependência emocional, problemas de conduta e traços de personalidade antissociais, impulsividade e baixo autocontrolo, capacidade de resolução de problemas deficitária, adoção de um padrão de agressão generalizado, consumo de substâncias, história de agressão sexual, episódios anteriores de violência no namoro, história de abuso físico e/ou emocional na infância, aceitação da violência e atitudes justificativas da mesma e ainda crenças associadas ao género. Por sua vez, os fatores de risco de nível relacional incluem pertença a comunidades com elevadas taxas de violência e criminalidade, interações e relações de natureza familiar não saudáveis, testemunhar conflito conjugal parental, ter amigos que praticam violência nas suas relações de intimidade, envolver-se em situações de violência entre pares e envolver-se conflitos relacionais (Capaldi et al., 2012; Caridade & Machado, 2006; Stith, 2004; Vagi et al., 2013).

Na sua revisão da literatura, Vagi e os seus colaboradores (2013) além dos fatores de risco identificaram também fatores de proteção, embora em menor número, nomeadamente a existência de uma elevada dissonância cognitiva a respeito da VRI, empatia elevada, melhor média acadêmica e QI verbal elevado.

No que concerne especificamente à violência na intimidade online, os resultados de um estudo de 2021 desenvolvido por Linares e os seus colaboradores apontam para uma forte relação entre os comportamentos de controlo e o uso problemático de smartphones, bem como entre estes e a dificuldade em gerir estados emocionais (Linares et al., 2021).

Embora globalmente se assuma uma atitude de reprovação perante condutas violentas no seio das relações de intimidade, não é menos verdade que uma percentagem ainda que reduzida de indivíduos, maioritariamente do género masculino, legitimam tais comportamentos (Caridade & Machado, 2006; Mendes & Cláudio, 2010). Os resultados do estudo desenvolvido a nível nacional pela UMAR em 2023, já anteriormente referenciado, espelham esta tendência com o género masculino a exibir taxas de legitimação superiores às

do género feminino para todas as formas de violência (UMAR, 2023). A legitimação deste tipo de condutas, assente maioritariamente na atribuição das mesmas a causas externas é um dado preocupante, já que a atribuição de um locus de controlo externo acarreta o risco de se incorrer na desresponsabilização do agressor (Ventura et al., 2013).

VRI, o impacto e a prevenção

O investimento na prevenção da violência em contexto de intimidade foi durante muito tempo subjugado em prol da intervenção, contudo temos vindo a assistir a uma mudança de paradigma com o desenvolvimento de programas de intervenção destinados às populações mais jovens, os quais têm revelado resultados bastante promissores. Estes programas podem integrar um tipo de prevenção denominada de universal, destinando-se desta forma à generalidade da população visando entre outros aspetos aumentar a conscientização sobre relacionamentos saudáveis e não saudáveis, bem como sobre as causas e consequências do abuso, ou assumir-se como prevenção seletiva abrangendo subgrupos da comunidade que por natureza se assumem como de risco acrescido. Esta mudança de paradigma foi impulsionada em grande medida pelo reconhecimento das consequências nefastas que advém da VRI e que têm sido amplamente documentadas pela literatura nacional e internacional nomeadamente problemas de saúde mental, sintomas de depressão e ansiedade, pensamentos suicidários, exibição de comportamentos antissociais, recurso à violência como meio de gestão de conflitos, isolamento social, menor satisfação com a vida, envolvimento em comportamentos prejudiciais à saúde, entre outras (Claire et al., 2019; De La Rue et al., 2017; Russell et al., 2021).

Objetivos gerais e específicos

O presente estudo teve como objetivo caracterizar e compreender os processos interacionais abusivos em casais jovens. Tendo em vista tal objetivo procedeu-se à análise da perspetiva de casais jovens acerca de comportamentos abusivos, dos fatores que podem influenciar a (não) revelação dos episódios de violência e ainda das causas inerentes às dinâmicas abusivas.

Método

Participantes

O presente estudo incluiu 10 participantes, 5 do género masculino e 5 do género

feminino, com idades compreendidas entre os 22 e os 26 anos. No que respeita ao grau de escolaridade 70% dos participantes apresentavam uma formação superior, licenciatura ou mestrado, enquanto os restantes 30% possuíam apenas o 12º ano. Todos os participantes eram de nacionalidade portuguesa, sendo a sua distribuição geográfica atenta às regiões Norte e Centro do país, bem com à Região Autónoma do Açores.

Uma vez que este estudo se debruçou sobre a perspetiva da díade acerca do fenómeno da violência entre parceiros íntimos, a necessidade dos participantes se encontrarem numa relação de intimidade à data da participação no estudo constituiu-se naturalmente como critério de inclusão.

Instrumentos/medidas

Os dados foram recolhidos através de um questionário sociodemográfico breve, bem como por recurso a entrevista semiestruturada com o casal. O conteúdo da entrevista versou sobre literacia acerca do fenómeno, perceção sobre as dinâmicas abusivas, fatores associados à denúncia/revelação dos episódios abusivos e ainda questões no âmbito da prevenção.

O questionário sociodemográfico teve como finalidade possibilitar a recolha de informação passível de permitir a caracterização dos participantes do estudo, nomeadamente no que respeita ao género, idade, nacionalidade, distrito de proveniência e envolvimento atual numa relação de intimidade. Por sua vez a entrevista semiestruturada com o casal, possibilitou aceder em profundidade à perspetiva da díade acerca do fenómeno da violência entre parceiros íntimos.

Procedimento

Emitido o parecer favorável por parte da Comissão de Ética da Universidade do Minho (CEICSH 174/2023), deu-se início à divulgação do estudo em questão, junto de jovens passíveis de se constituírem como possíveis participantes, esclarecendo os objetivos do mesmo, bem como elucidando acerca dos critérios de inclusão (ter entre 18 e 30 anos e encontrar-se numa relação de intimidade). A divulgação do estudo foi operacionalizada por recurso às redes sociais. Imediatamente antes de se proceder à recolha de dados, a qual decorreu de forma não presencial com recurso à tecnologia, foi apresentado o consentimento informado cujo preenchimento, no sentido de assentir a participação, se

constituiu como imprescindível para que se iniciasse a recolha de dados. Após o levantamento dos consentimentos informados procedeu-se à passagem do questionário sociodemográfico seguida da entrevista semiestruturada. De notar que o questionário sociodemográfico foi administrado individualmente com uma duração média de três minutos. Relativamente à entrevista realizada em casal, a duração média foi de aproximadamente uma hora.

Análise de dados

A análise dos dados provenientes das entrevistas foi operacionalizada por recurso à análise temática. A análise temática é um método qualitativo de análise de dados proposto por Braun e Clarke (2006) que consiste em identificar, analisar, interpretar e relatar padrões existentes nos dados. A utilização deste método permitiu obter um conhecimento mais aprofundamento daquela que é a perspetiva dos jovens sobre o fenómeno de VRI.

Resultados

Da análise das entrevistas resultaram quatro temas, literacia sobre violência nas relações de intimidade, perceção sobre as dinâmicas abusivas, denúncia/revelação e prevenção, sendo que cada um dos temas se subdividem em categorias e subcategorias.

Tabela 1

Temas gerais, categorias e subcategorias provenientes da análise das entrevistas

Temas	Categorias	Subcategorias	Casal	Participantes
1. Literacia sobre violência nas relações de intimidade	1.1. Prevalência de IPV em casais jovens	1.1.1. Significativa	C1, C2, C4, C5	P5
		1.1.2. Pouco expressiva		P6
		1.1.3. Incrementada pelas tecnologias	C2, C4	P1, P5
	1.2. Tipologias de violência com maior incidência	1.2.1. Psicológica e verbal	C1, C2, C3, C4, C5	
		1.2.2. Física	C1	
	1.3. Evolução do fenómeno	1.3.1. Tendência crescente	C2	P6
		1.3.2. Inalterada/estável	C1, C4	P5, P9
		1.3.3. Tendência decrescente		P10
		1.3.4. Alteração dos padrões de violência	C4	P2, P9

2. Perceção sobre as dinâmicas abusivas	2.1. Origem/ motivação para os abusos	2.1.1. Crenças/Normalização da violência	C4	P4, P10
		2.1. 2. Exposição à violência familiar	C1, C3	P3, P9
		2.1.3. Experiências anteriores adversas	C4	P6, P9
		2.1.4. Questões de funcionamento pessoal	C3, C4, C5	P1, P3
	2.2. Formas de abuso	2.2.1. Abuso físico	C1, C3	P8, P10
		2.2.2. Abuso psicológico	C1, C2, C3, C4, C5	
		2.2.3. Abuso sexual	C3	P10
	2.3. Direcionalidade	2.3.1. Unidirecional	C3, C4, C5	
		2.3.2. Bidirecional	C1, C2, C3, C4	
	2.4. Violência e género	2.4.1. Oscilação do tipo de violência em função do género	C1, C2, C3, C4, C5	
		2.4.2. Maior vitimação feminina	C4	P1, P3
	2.5. Orientação sexual	2.5.1. Problemática transversal	C1, C2, C3, C4, C5	
		2.5.2. Prevalência similar	C3	P3
	2.6. Implicações para as vítimas	2.6.1. Dano físico	C5	P5
		2.6.2. Dano psicológico	C1, C4, C5	P5
		2.6.3. Mudanças ao nível do funcionamento pessoal	C2	
		2.6.4. Necessidade de acompanhamento psicológico		P1
		2.6.5. Influência nas relações futuras	C3, C4, C5	
	2.7. Manutenção da relação abusiva	2.7.1. Não reconhecimento da relação como abusiva		P6
		2.7.2. Não conhecer outra realidade		P5
		2.7.3. Minimização da violência	C2	
		2.7.4. Ciclo da violência	C1	P5
		2.7.5. Crença na mudança	C1	P6
		2.7.6. Dependência emocional/apego	C4, C5	P4
		2.7.7. Ausência de diálogo		P7
		2.7.8. Ocultação do abuso		P8
		2.7.9. Isolamento		P7

	2.8. Episódios anteriores de VRI	2.8.1. Manutenção da conduta abusiva	C1, C2, C3, C4, C5	
		2.8.2. Rotura com a conduta abusiva		P3
	3.1. Consciência	3.1.1. Reconhecimento dos abusos	C4, C5	P2, P5
		3.1.2. Não reconhecimento dos abusos	C2, C3, C4	P1, P9
	3.2. Revelação do abuso	3.2.1. Tentativa de ocultação	C4	P1, P3, P5, P10
		3.2.2. Influenciada pelo género da vítima	C1	
		3.2.3. Momento da revelação	C3	
		3.2.4. Revelação informal	C2, C3, C4, C5	P1
		3.2.5. Revelação formal		P7, P10
3. Denúncia/ Revelação	3.3. Fatores inibidores da revelação	3.3.1. Não se reconhecer como vítima	C4	P1, P6
		3.3.2. Tema tabu		P5
		3.3.3. Tipologia da violência	C1	
		3.3.4. Ausência de uma rede de suporte	C5	P5
		3.3.5. Possibilidade da violência escalar		P5, P8, P9
		3.3.6. Medo de represálias		P4, P9
		3.3.7. Sentimento de vergonha	C1, C4, C5	P3
		3.3.8. Sentimentos ambivalentes	C2	P7
	4.1. Prevenção primária	4.1.1. Investimento importante e necessário	C1, C2, C3, C4, C5	
		4.1.2. Necessidade de atualização	C3	P7
		4.1.3. Baixo impacto efetivo	C1	P6
4. Prevenção		4.1.4. Resultados positivos	C2, C4, C5	P5
	4.2. Combate à violência na intimidade	4.2.1. Medidas de carater individual	C3	P1, P7
		4.2.2. Medidas de carater coletivo	C2, C3, C4, C5	P2

Literacia sobre violência nas relações de intimidade

A respeito da literacia sobre VRI, foram abordadas questões como a prevalência em casais

jovens, as tipologias de violência com maior incidência e ainda a evolução do fenómeno.

Relativamente à prevalência, quatro dos cinco casais consideraram que esta é significativa, (C4) P8: *"… a perceção que eu tenho é que acontece mais em casais jovens …"*, P7: "*… acho que é muito frequente entre os jovens…".* O casal 3 discordou entre si, uma vez que, ao contrário do P5 que concordavam com os restantes, o P6 considerou a prevalência de VRI entre casais jovens como pouco expressiva, P6:*"… não quero obviamente com isto dizer que por ocorrer em menos proporção não seja importante olharmos para isso."*. Adicionalmente os casais 2 e 4, bem como os participantes 1 e 5 mencionaram o facto de considerarem que as tecnologias vieram contribuir para um incremento da violência nas relações de intimidade, P1: *"… ainda por cima com as novas tecnologias acho que será mais comum em idades mais precoces e relações mais jovens.".*

No âmbito das tipologias de violência com maior incidência, todos os participantes partilharam da opinião que a violência psicológica e verbal é a que mais se destaca, (C3) P5: *"… acho que o mais comum é mesmo a violência psicológica."*, P6: *"… o mais frequente é mesmo a violência psicológica..."*. Não obstante, o casal 1 referiu ainda a violência física, (C1) P1: *"… agressão física também penso que sim..."*, P2: *"… física (…) é possível que também ocorra com frequência."*.

No que concerne ao entendimento relativo à evolução do fenómeno em termos quantitativos foi encontrada maior divergência. O casal 2 e o P6 consideraram ter-se verificado uma tendência crescente, P6: *"… se calhar diria que é mais frequente na atualidade."*, contrariamente o P10 defendeu uma tendência decrescente, P10: *"… na casa das pessoas mesmo, os números têm vindo a diminuir …"*. Por sua vez, os casais 1 e 4, bem como os participantes 5 e 9 consideraram não ter havido alterações significativas, P5: *"… eu não diria que tem aumentado, se tem diminuído também acho que não …"*. Do ponto de vista qualitativo, o casal 4 e os participantes 2 e 9 referiram uma alteração dos padrões de violência, (C4) P7: *"… a forma como a violência é perpetrada tem vindo a alterar-se."*, P8: *"… a violência alterou-se …"*.

Perceção sobre as dinâmicas abusivas

Quanto à perceção sobre as dinâmicas abusivas, o enfoque incidiu sobre a origem/motivação para os abusos, as formas de abuso, a direcionalidade, a relação entre violência e género, a orientação sexual, as implicações para as vítimas, a manutenção da

relação abusiva e ainda episódios anteriores de VRI.

Com relação à origem/motivação para os abusos, surgem as crenças e a normalização da violência apontadas pelo casal 4, bem como pelos participantes 4 e 10, P4: *"… se a violência for normalizada é provável que depois faça uso dela."*, a exposição à violência familiar referida pelos casais 1 e 3 e pelos participantes 3 e 9, (C1) P1: *"… violência em casa, se uma criança cresce num ambiente em que a violência é um comportamento normal que tu exerces sobre quem amas … Vai repetir o padrão …"*, as experiencias anteriores adversas mencionadas pelo casal 4 e pelos participantes 6 e 9, (C4) P7: *"Experiências de vida, trauma, vinculação."*, P8: *"Sim, acho que é basicamente isso."* e finalmente as questões de funcionamento pessoal (personalidade, patologias, padrão de funcionamento pessoal, insegurança, sentimento de superioridade) elencadas pelos casais 3, 4 e 5, bem como pelos participantes 1 e 3, P1 "*… remete um bocado para a própria pessoa e para o seu funcionamento, questões de personalidade, possíveis patologias …*".

A respeito das formas de abuso todos os participantes identificaram comportamentos que configuram abuso psicológico, (C1) P1: *"Controlo excessivo, quando acordas, com quem estás, onde estás ou onde vais, ou seja, violência psicológica …",* P2: *"A manipulação também, a chantagem …"*. Em simultâneo os casais 1 e 3 e os participantes 8 e 10 identificaram comportamentos que configuram abuso físico, P8: *"Obviamente, qualquer tipo de violência física…"*. Apenas o casal 3 e o P10 identificaram comportamentos que configuram abuso sexual, (C3) P5: *"Violência sexual também, o facto de uma pessoa dizer que não e a outra só porque está numa relação, pensa que pode interferir com a liberdade da outra pessoa."*, P6: *"… a questão de usar a sexualidade como uma arma…"*.

No que tange à direcionalidade todos os casais, exceto o casal 5, assumiram a existência de padrões de violência bidirecionais, (C1) P1: *"… acredito que a violência acabe por ser bidirecional."*, P2 *"… acredito que a violência seja mútua …"*. Por sua vez os padrões unidirecionais apenas foram considerados pelos casais 3, 4 e 5, (C3) P5: *"… há casos em que é claramente unidirecional …"*, P6: *"… todos conhecemos pelo menos um caso em que a violência é claramente unidirecional …"*.

Referente à violência e género, todos os participantes mencionaram a oscilação do tipo de violência em função do género, (C2) P3: *"… depende da forma da violência ou do abuso…"*, P4: *"… a agressão física talvez seja mais comum nos homens e uma parte*

psicológica talvez mais nas mulheres.". Simultaneamente o casal 4 e os participantes 1 e 3 apontaram para uma maior vitimação feminina, P1: *"… a maioria das vítimas são mulheres…"*.

Relativamente à orientação sexual, todos os participantes consideraram a VRI como uma problemática transversal às diferentes orientações, (C1) P1: *"… em todas as relações hétero ou homossexuais pode haver algum tipo de violência."*, P2: "… ocorre independentemente da orientação sexual…". Em termos de prevalência, o casal 3 e o P3 defenderam que esta seria semelhante, (C3) P5: "*… se calhar os números até são próximos.*", P6: *"… parece-me que a prevalência deste tipo de violência é mais o menos a mesma.*", por sua vez o P4 e os casais 1, 4 e 5 defenderam que a VRI seria preponderante nas relações heterossexuais, (C4) P7: *"… embora também aconteça nas relações homossexuais, é muito mais prevalente nas relações heterossexuais…"*, P8: *"… acredito que também aconteça, mas que a prevalência seja menor do que nos casais heterossexuais…"* .

A propósito das implicações para as vítimas, o P1 referiu a necessidade de acompanhamento psicológico, P1: *"acho que depois é necessário trabalhar com esta pessoa a nível psicológico …",* já o casal 2 apontou para mudanças ao nível do funcionamento pessoal, (C2) P3: *"… não conseguir voltar a confiar nas pessoas facilmente."*, P4: *"Tornar-se numa pessoa insegura."*, enquanto os casais 3, 4 e 5 mencionaram a influência nas relações futuras, (C4) P7: *"… no futuro numa situação em que a pessoa vá estabelecer relação com outras pessoas isso vai sempre refletir-se …"*, P8: *"… para as relações futuras pode ter implicações."*. Concomitantemente os casais 1, 4 e 5, bem como o P5 ressaltaram o dano psicológico, (C4) P7: *"… provocar sintomas de ansiedade, depressão muitas vezes, fazer com que a pessoa se isole, … sentir que não merece ser amada … inferiorizar-se."*, P8: *"… do ponto de vista psicológico tem muito impacto…"*, por sua vez o dano físico foi considerado apenas pelo casal 5 e pelo P5: *"Físicas obviamente, vemos muitos casos de coisas completamente barbaras …"*.

No que concerne à manutenção da relação abusiva foram considerados inúmeros aspetos, sendo os que reúnem maior consenso , o próprio ciclo da violência (casal 1 e P5), (C1) P1: *"… estas pessoas que praticam violência tem um padrão em que depois conversam e pedem desculpa e voltam à fase positiva da relação e isso em termos da manutenção do relacionamento leva a que a vítima acabe por continuar a investir…"* P2: *"Sim, é isso"*, a

crença na mudança (casal 1 e P6), P6: *"… tem esperança e acredita que vai conseguir mudar a outra pessoa."* e a dependência emocional/apego (casais 4 e 5 e P4), (C5) P9: *"A vítima sente-se presa, sente que não é capaz de ter uma vida sem essa pessoa..."*, P10: *"… as pessoas sentem-se dependentes..."*. Entre os restantes aspetos apontados contam-se o não reconhecimento da relação como abusiva, P6: *"… às vezes a pessoa nem sequer ter a perceção de que de está a ser vítima…"*, o não conhecer outra realidade, P5: *"… as pessoas não conhecem outra realidade … são de famílias em que isto é normalizado e acabam também por não saber como é que podem sair dali …"*, a minimização da violência (casal 2), (C2) P3: *"A desvalorização destes comportamentos."*, P4: *"O achar que aquilo significa outra coisa … ou seja, é abuso, mas é porque me ama."*, a ausência de diálogo, P7*: "… o meu companheiro assume um comportamento que eu considero abusivo e eu não me manifesto perante esse comportamento no sentido de que não esclareço … que não quero que se repita."*, a ocultação do abuso, P8: *"… o facto de não reportarem às autoridades, nem revelarem a ninguém pode também contribuir para que esse comportamento prevaleça.*" e ainda o isolamento, P7*: "A relação estar muito fechada … deixou de estabelecer contato com amigos … acaba por fazer com que o ciclo dos comportamentos abusivos se mantenha."*.

A existência de episódios anteriores VRI foi percebida por todos os participantes como um fator passível de concorrer para a manutenção da conduta abusiva, (C1) P1: *"… se tu inicias com uma relação tóxica onde há violência de qualquer tipo, vais aprender isso e provavelmente tentar exercê-lo nas tuas próximas relações."*. Sem embargo, o P3 considerou igualmente a possibilidade de a existência de episódios anteriores de VRI poder contribuir para a rotura da conduta abusiva, P3: *"podem encarar como uma aprendizagem e não voltarem a adotar este tipo de postura numa relação futura."*.

Denúncia/revelação

No âmbito da denuncia/revelação foram elencados aspetos como a consciência, a revelação do abuso e os fatores inibidores da mesma.

No que respeita à consciência, os participantes 2 e 10 consideraram que os jovens são capazes de reconhecer situações abusivas no contexto das suas relações de intimidade, P2: *"… claro que sim, facilmente identificam comportamentos abusivos. "* já os participantes 1 e 6, bem como o casal 2 defenderam que os jovens não são capazes de reconhecer tais situações (C2) P3: *"… claro que sim, facilmente identificam comportamentos abusivos."*, P4:

"… é muito difícil tu perceberes quando estas dentro de uma relação abusiva…". Do ponto de vista do casal 4 e dos participantes 5 e 9 ambas as situações eram plausíveis.

Com relação à revelação do abuso, o P1 e os casais 2,3,4 e 5 apontaram a revelação informal como sendo a mais frequente, (C3) P6: *"… normalmente contam a amigos…"*, P5: *"… a quem revelam, eu acho que é a amigos…"*, pese embora os participantes 7 e 10 tenha reconhecido a possibilidade de as vítimas recorrerem também a apoio formal, P10: "… em casos extremos se calhar até falam mesmo à polícia.". Por sua vez, o casal 1 considerou que a revelação era influenciada pelo género da vítima (C1) P2: *" O género feminino tende a revelar mais."*, P2: *"o género feminino revela sempre muito…"*. Ainda neste âmbito, o casal 4 e os participantes 1,3, 5 e 10, chamaram à atenção para o facto de, não raras vezes se verificar uma tentativa de ocultação dos abusos por parte das vítimas, P3: *"… acho que a tendência até é mais para esconder…"*. Na mesma linha, o casal 3 defendeu que a revelação tendia a ocorrer apenas após o término da relação (C3) P6: *"… depois da relação ter terminado."*, P5: *"… só relevar depois da relação acabar."*.

Quanto aos fatores inibidores da revelação, a vergonha é o fator que reúne maior unanimidade (C1, C4, C5 e P3), (C1) P1*: "… o sentir-se envergonhada por estar a passar por isto…"*, P2: *"… vergonha…"*, seguido do não reconhecimento como vítima (C4, P1 e P6), P1: "… não identificam como uma forma de vitimização.". Em terceiro lugar surgem os sentimentos ambivalentes (C2 e P7), P7: *"… ter pena do parceiro e apesar de estar magoada ou magoado arranjar sempre uma forma de justificar",* a ausência de uma rede de suporte (C5 e P5), P5: *"Não ter uma rede de suporte, ou seja, não ter a quem pedir ajuda."* e a possibilidade da violência escalar (P5, P8 e P9), P5: *"… o medo que depois seja pior inibe muito."*. Entre os fatores que reúnem menor consenso contam-se, o medo de represálias (P4 e P9), P4: *"A vítima pode ter medo das represálias…",* a tipologia da violência (C1) P2: *"o tipo de violência também pode influenciar…"*, P1: *"… a agressão física por norma é vista como mais grave …*" e ainda o facto de a VRI ser considerada como um tema tabu P5: *"… sinto que ainda é um bocado tabu falar sobre isso…"* .

Prevenção

No que respeita à prevenção foram abrangidos os seguintes pontos, prevenção primária e combate à violência na intimidade.

No que respeita à prevenção primária, esta foi apontada por todos os casais como um investimento importante e necessário, não obstante o casal 3 sublinhou a necessidade de atualização das práticas em vigor, opinião partilhada pelo P7. Do ponto de vista efetivo, o P5 e os casais 2,4 e 5 defenderam que a prevenção primária surte resultados positivos, (C2) P4: *"… é sempre positivo … o simples facto de ouvires falar ou de leres acerca disso fica sempre alguma coisa…"*, P3: *"… além de informar as pessoas, quem estiver a passar por isso vai sentir-se apoiado.",* já o casal 1 e o P6 defenderam um baixo impacto efetivo, (C1) P2: *"O efeito é muito pouco efetivo…",* P1: *"… não têm o alcance que deveriam ter…"*.

Referente ao combate à violência na intimidade o P2 e os casais 2, 4 e 5 elencaram medidas de carater coletivo, P2: *"…investir mais na forma como a informação é divulgada, no sentido de chegar mais aos jovens e às pessoas em geral."*. Por sua vez, o P1 apontou medidas de carater individual. O casal 3 e o P7 foram os únicos a considerar simultaneamente medidas de carater individual e coletivo, P7: *"A nível individual psicoterapia.".*

Tabela 2

Concordância diádica

Subcategorias	Casais				
	C1	C2	C3	C4	C5
Significativa	A	A	D	A	A
Pouco expressiva	-	-	D	-	-
Incrementada pelas tecnologias	-	A	-	A	-
Psicológica e Verbal	A	A	A	A	A
Física	A	A	-	-	-
Tendência crescente	-	A	D	-	-
Inalterada/Estável	A	-	D	A	D
Tendência decrescente	-	-	-	-	D
Alteração dos padrões de violência	-	-	-	A	-
Crenças/Normalização da violência	-	-	-	A	-
Exposição à violência familiar	A	-	A	-	-
Experiências anteriores adversas	-	-	-	A	-

Questões de funcionamento pessoal	-	-	A	A	A
Abuso físico	A	-	A	-	-
Abuso psicológico	A	A	A	A	A
Abuso sexual	-	-	A	-	-
Unidirecional	-	-	A	A	A
Bidirecional	A	A	A	A	-
Oscilação do tipo de violência em função do género	A	A	A	A	A
Maior vitimação feminina	-	-	-	A	-
Problemática transversal	A	A	A	A	A
Prevalência similar	-	D	A	-	-
Preponderância nas relações heterossexuais	A	D	-	A	A
Dano físico	-	-	-	-	A
Dano psicológico	A	-	-	A	A
Mudanças ao nível do funcionamento pessoal	-	A	-	-	-
Necessidade de acompanhamento psicológico	-	-	-	-	-
Influência nas relações futuras	-	-	A	A	A
Não reconhecimento da relação como abusiva	-	-	-	-	-
Não conhecer outra realidade	-	-	-	-	-
Minimização da violência	-	A	-	-	-
Ciclo da violência	A	-	-	-	-
Crença na mudança	A	-	-	-	-
Dependência emocional/apego	-	-	-	A	A
Ausência de diálogo	-	-	-	-	-
Ocultação do abuso	-	-	-	-	-
Isolamento	-	-	-	-	-
Manutenção da conduta abusiva	A	A	A	A	A
Rotura com a conduta abusiva	-	D	-	-	-
Reconhecimento dos abusos	D	-	D	A	A
Não reconhecimento dos abusos	D	A	A	A	D
Tentativa de ocultação	-	-	-	A	-

Influenciada pelo género da vítima	A	-	-	-	-
Momento da revelação	-	-	A	-	-
Revelação informal	-	A	A	A	A
Revelação formal	-	-	-	-	-
Não se reconhecer como vítima	-	-	-	A	-
Tema tabu	-	-	-	-	-
Tipologia da violência	A	-	-	-	-
Ausência de uma rede de suporte	-	-	-	-	A
Possibilidade da violência escalar	-	-	-	-	-
Medo de represálias	-	-	-	-	-
Sentimento de vergonha	A	-	-	A	A
Sentimentos ambivalentes	-	A	-	-	-
Investimento importante e necessário	A	A	A	A	A
Necessidade de atualização	-	-	A	-	-
Baixo impacto efetivo	A	-	-	-	-
Resultados positivos	-	A	-	A	A
Medidas de carater individual	-	-	A	-	-
Medidas de carater coletivo	A	A	A	A	A

A - Acordo D - Desacordo

Discussão

Indo ao encontro dos resultados de estudos nacionais (Neves et al., 2022; Santos et al., 2017) e internacionais (Jennings et al., 2017), 9 dos 10 participantes deste estudo reconheceram que a violência nas relações de intimidade é um problema que afeta significativamente as camadas jovens, com as tecnologias a assumirem um papel importante como indutoras e facilitadoras de novas formas de violência (Borrajo et al., 2015; Caridade et al., 2020).

A VRI é reconhecida pela literatura como um fenómeno multicausal (Borges et al., 2020; Wolfe & Temple, 2018). Nesse sentido, os participantes do presente estudo identificaram um conjunto de fatores que concorrem para a sua ocorrência, com as questões do funcionamento pessoal seguidas da exposição à violência familiar a assumir particular destaque, sem esquecer as crenças e a normalização da violência, bem como a existência de

experiências anteriores adversas (Capaldi et al., 2012; Vagi et al., 2013).

Todos os participantes consideraram que a tipologia do abuso é influenciada pelo género do ofensor (Neves et al., 2018), não obstante a violência psicológica tenha sido considerada, por unanimidade, como a forma de abuso mais frequente. Outros estudos (Borges et al., 2020; Guerreiro et al., 2017) identificam a violência psicológica como a tipologia de abuso mais recorrente.

A identificação de padrões de agressão bidirecionais por parte de 8 dos participantes é corroborada pelo reconhecimento da sobreposição vitima-ofensor, amplamente documentada pela literatura (Exner-Cortens, 2018; Machado et al., 2019; Spivey & Nodeland, 2020).

O fenómeno da violência nas relações de intimidade foi entendido de forma consensual pelos participantes como transversal às diferentes orientações sexuais, sem embargo de questões relativas à sua prevalência gerarem alguma controvérsia. Assim, embora a maioria dos participantes tenha considerado que a prevalência deste fenómeno seria superior nas relações heterossexuais, estudos como o de Potter et al., (2020) demonstraram taxas de prevalência iguais ou superiores entre a população LGBT. Uma possível explicação para os resultados encontrados prende-se com o facto de todos os participantes estarem envolvidos em relações de natureza heterossexual.

Os resultados deste estudo parecem suportar os de estudos anteriores (Exner-Cortens et al. , 2013; Foshee et al. , 2013; Rodrigues et al,2022) conferindo particular destaque às consequências do ponto de vista psicológico e da saúde mental (dano psicológico, mudanças ao nível do funcionamento pessoal, necessidade de acompanhamento psicológico e influencia nas relações futuras) provocadas pela experiência de VRI.

Corroborando estudos anteriores, a dependência emocional (Anderson & Saunders, 2003; Forti et al., 2019; Souza & Costa, 2019), a crença na mudança e as dinâmicas inerentes ao ciclo da violência (Magalhães et al., 2022; Souza & Costa, 2019) emergiram como os fatores que mais contribuem para a manutenção da relação abusiva. A minimização da violência, a ausência de diálogo, a ocultação do abuso e o isolamento foram igualmente considerados pelos participantes.

Entre os 10 participantes deste estudo, 8 consideraram que frequentemente quando

envolvidos em relacionamentos abusivos, os jovens não estão conscientes de que estão a ser vítimas. Esta dificuldade em reconhecer o abuso, foi simultaneamente percebida pelos participantes como fator de manutenção da relação abusiva e fator inibidor da revelação do abuso (Silva & Silva, 2020).

Os resultados deste estudo espelham uma tendência por parte dos jovens para ocultar a ocorrência de abusos em contexto de intimidade, tendência essa anteriormente documentada por Moore e os seus colaboradores (2015). De referir que, a dificuldade em reconhecer os comportamentos abusivos, já mencionada anteriormente, pode explicar em parte esta tendência. Perante a possibilidade de revelação dos abusos, 9 participantes defenderam que os jovens recorrem preferencialmente à revelação informal, corroborando assim estudos anteriores (Pinheiro & Caridade, 2019; Sabina & Ho, 2014). De igual modo, 2 dos participantes remeteram a revelação para o pós-término da relação (Caridade et al., 2020).

A vergonha (Forti et al. , 2019; Pinheiro & Caridade, 2019), os sentimentos ambivalentes (Gomes et al., 2022; Pereira et al., 2018), a ausência de uma rede de suporte e a possibilidade da violência escalar após a revelação do abuso (Liang et al., 2005) foram considerados pelos participantes como os principais fatores inibidores da revelação dos abusos.

Todos os participantes consideraram a prática de violência nas relações de intimidade em idades precoces como um forte preditor de violência nas relações futuras. Capaldi e os seus colaboradores tinham já documentado esta associação entre a violência nas relações de intimidade juvenil e a violência doméstica (2012). Na mesma linha de pensamento, a importância de se investir na prevenção através de medidas de carater individual e coletivo foi reconhecida de forma unânime (De La Rue et al., 2017).

O presente estudo conta com algumas limitações as quais devem ser consideradas nomeadamente o número reduzido de participantes, a proveniência dos mesmos (comunidade) e a inexistência de representatividade em termos de identidade de género e orientação sexual. A replicação deste estudo como uma amostra representativa conferiria ao mesmo maior robustez. De igual modo seria importante para a investigação futura conduzir estudos semelhantes junto de vítimas e ofensores, com vista a identificar semelhanças e discrepâncias, entre os diferentes pontos de vista, possibilitando desta forma a realização de

estudos comparativos.

Conclusão

Os resultados deste estudo permitiram identificar um conjunto de fatores de natureza pessoal, relacional, contextual e social, que na ótica dos jovens concorrem para a ocorrência de violência nas relações de intimidade juvenis, para a manutenção de relações abusivas e ainda para a inibição da revelação dos abusos.

De igual modo, foi possível concluir acerca do profundo impacto provocado pela vivência de violência nas relações de intimidade, sobretudo do ponto de vista psicológico e da saúde mental, reforçando desta forma a necessidade de se investir em respostas de apoio às vítimas.

As consequências nefastas da violência nas relações de intimidade, associadas ao entendimento deste fenómeno, como independente do género e transversal às diferentes orientações sexuais, bem como ao reconhecimento de que a existência de episódios anteriores de VRI é um forte indicador de ocorrência de violência nas relações futuras, reitera a importância da prevenção no combate à violência na intimidade.

Referências

Ali, P. A., & Naylor, P. B. (2013). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior, 18*(6), 611–619. https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.009

Borges, L. J., Heine, J. A., & Dell'Aglio, D. D. (2020). Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. *Acta Colombiana de Psicología*, *23*(2), 438-448. http://www.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.16

Borrajo, E., Gámez-Guadix, M., Pereda, N., & Calvete, E. (2015). The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples. *Computers in Human Behavior, 48,* 358–365. https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.01.063

Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2012). A Systematic Review of Risk Factors for Intimate Partner Violence. *Partner abuse*, *3*(2), 231–280. https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.231

Capinha, M., Rijo, D., Pereira, M., & Matos, M. (2022). The Prevalence, Directionality, and Dyadic Perpetration Types of Intimate Partner Violence in a Community Sample in Portugal: a Gender-Inclusive Inquiry. *European journal on criminal policy and research*, 1–18. https://doi.org/10.1007/s10610-022-09514-w

Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, *24*(4), pp. 485-493.

Caridade, S., & Machado, C. (2010). Violência na intimidade juvenil: Prevalência, fatores de risco e atitudes. In C. Machado (Ed.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp.15-59). Psiquilibrios Edições.

Caridade, S., E Sousa, H. F. P., & Dinis, M. A. P. (2020). Cyber and Offline Dating Abuse in a Portuguese Sample: Prevalence and Context of Abuse. *Behavioral sciences (Basel, Switzerland)*, *10*(10), 152. https://doi.org/10.3390/bs10100152

Caridade, S. (2023). Intervenção na violência no namoro: das trajetórias, especificidades e desafios. In S. Neves & A.P. Correia (Eds.), *Dinâmicas criminais e de vitimação juvenis* (pp.17-35). ACD Print, S.A.

Crooks, C. V., Jaffe,. P., Dunlop, C., & Kerry, A. (2019). Preventing Gender-Based Violence Among Adolescents and Young Adults: Lessons From 25 Years of Program Development and Evaluation. *Violence Against Womem,* 25(1), 29-55.

De La Rue, L., Polanin, J., Espelage, D., & Pigott, T. (2017). A meta-analysis of school-based interventions aimed to prevent or reduce violence in teen dating relationships. *Review of Educational Research*, 87(1), 7-34.

Hamel, J. (2020). Explicando a simetria entre os sexos na violência entre parceiros íntimos: evolução, papéis de gênero e vontade de prejudicar. *Abuso de parceiros, 11*(3), 228–267. https://doi.org/10.1891/PA-2020-0014

Kaukinen C. (2014). Dating violence among college students: The risk and protective factors. *Trauma, violence & abuse*, *15* (4), 283–296. https://doi.org/10.1177/1524838014521321

Linares, R., Aranda, M., García-Domingo, M., Amezcua, T., Fuentes, V., & Moreno-Padilla, M. (2021). Cyber-dating abuse in young adult couples: Relations with sexist attitudes and violence justification, smartphone usage and impulsivity. *PLOS ONE*, *16*(6), e0253180. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253180

Loveland, J., & Raghavan, C. (2017). Intimate partner violence in same-sex couples. In K.L. Nadal (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Psychology and Gender* (Vol. 4, pp. 981-984). SAGE Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781483384269

Machado, C., Dias, A.R. (2006). Abordagens culturais à vitimação: O caso da violência conjugal. In C. Machado (Ed.),*Vitimologia: das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção.* (pp.15-44). Psiquilibrios Edições.

Magalhães, M. J., Wiedemann, A., Guerreiro A., Dias, A.T., Bento, B., Iglesias, C.F., Jasmins, C., Gouveia, C., Pontedeira, C., Martins, J., Rodrigues, L., Maia, M., Pacheco, M., Mendes, T. & Ferreira, V.S. (2023). Violência no namoro em Portugal: indicadores de vitimação e conceções juvenis. *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro da UMAR*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/02/InfografiaVN_UMAR_2023_Final_ Corrigida.pdf

Magalhães, M. J., Wiedemann, A., Pinto, B., Borges, B., Jasmins, C., Gouveia, C., Martins, J., Maia, M., Pacheco, M., Mendes, T., Ferreira, V.S., Dias, A.T., Pontedeira, C., Guerreiro A., Iglesias, C.F. & Rodrigues, L. (2024). Violência no namoro em Portugal: vitimação e conceções juvenis. *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro da UMAR.* https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2024/02/INFO_ARTHEMIS_UMAR_2024_v002_compressed.pdf

Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In C.Nogueira, et al. (Eds.), *Actas do VII simpósio nacional de investigação em psicologia*, (pp. 3219-3230). Universidade do Minho.

Moore, A., Sargenton, K., Ferranti, D., & Gonzalez-Guarda, R. (2015). Adolescent dating violence: Supports and barriers in accessing services. *Journal of Community Health Nursing, 32*, 39-5. https://doi.org/10.1080/07370016.2015.991668.

Neves, S., Correia, A., Borges, J., Rocha, H., Costa, S., Peixoto, S., & Rodrigues, C. (2022). *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro no Ensino Superior: Crenças e Práticas – 2020/2021*. Associação Plano i.

Palmer, J.E., Williams, E., & Mennicke, A. (2022). Interpersonal violence experiences and disclosure patterns for lesbian, gay, bissexual, queer+, and heterossexual peers. *Community College Journal of Research and Pratice, 44*(4), 1-17.

Paradis, A., Hébert, M., & Fernet, M. (2017). Dyadic Dynamics in Young Couples Reporting Dating Violence: An Actor-Partner Interdependence Model. *Journal of interpersonal violence*, *32*(1), 130–148. https://doi.org/10.1177/0886260515585536

Pinheiro, I. & Caridade, S. (2019). Help seeking in dating violence victims: A systematic review. *Portuguese Journal of Behavioral and Social Research* 5: 68–84.

Rodrigues, L. (2024). *Estudo nacional sobre a violência no namoro: vitimação e conceções juvenis.* UMAR.

Russell, K. N., Voith, L.A., & Lee, H.(2021). Randomized controlled trials evaluating adolescente dating violence prevention programs with na outcome of reduce perpetrationandor victimization: A meta-analysis. *Journal of Adolescent*, 87, 6-14.

Serrata, J. (2017). Cycles of abuse. In K.L. Nadal (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Psychology and Gender* (Vol. 4, pp. 419-422). SAGE Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781483384269

Sisselman-Borgia, A. (2017). Intimate partner violence. In K.L. Nadal (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Psychology and Gender* (Vol. 4, pp. 978-980). SAGE Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781483384269

Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: a meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10(1), 65-98. https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.09.001

Vagi, K. J., Rothman, E. F., Latzman, N. E., Tharp, A. T., Hall, D. M., & Breiding, M. J. (2013). Beyond correlates: a review of risk and protective factors for adolescent dating violence perpetration. *Journal of youth and adolescence,* 42(4), 633–649. https://doi.org/10.1007/s10964-013-9907-7

Ventura, M. C., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M. J. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 11, 95-103. https://doi.org/10.12707/RIII12120

Walker, L. (2009). *The battered womam syndrome* (3rd ed.).Springer Publishing Company.

Whitfield, D. L., Coulter, R. W. S., Langenderfer-Magruder, L., & Jacobson, D. (2021). Experiences of Intimate Partner Violence Among Lesbian, Gay, Bissexual, and Transgender College Students: The Intersection of Gender, Race and Sexual Orientation. *Journal of Interpersonal Violence, 36,* 11-12.

World Health Organization & Pan American Health Organization. (2012). Understanding and addressing violence against Women: Intimate Partner Violence [Fact sheet]. https://www.who.int/publications/i/item/WHO-RHR-12.35

Zweig, J. M., Lachman, P., Yahner, J., & Dank, M. (2014). Correlates of cyber dating abuse among teens. *Journal of youth and adolescence*, *43* (8), 1306–1321. https://doi.org/10.1007/s10964-013-0047-x